

25ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

Goiânia, 11 a 14 de junho de 2006

GT48 – Saberes coloniais sobre os indígenas em exame: relatos de viagem, mapas, censos e iconografia

Coordenadores: John Manuel Monteiro (Unicamp) e João Pacheco de Oliveira (UFRJ)

MABILDE E SEUS “APONTAMENTOS” SOBRE OS COROADOS SELVAGENS: tentando separar informação de mistificação e preconceitos

Wilmar da Rocha D’Angelis (Depto de Lingüística – IEL – UNICAMP)

Resumo

Vivendo no Rio Grande do Sul a partir de 1833, o engenheiro belga Pierre François Alphonse Booth Mabilde atuou como Engenheiro (agrimensor) das Colônias (no noroeste do Estado) entre os anos de 1848 e 1854. Sobretudo nesse período entreteve muito contato com grupos Kaingang, registrando muito de sua experiência em um texto e um conjunto de notas. Seus escritos foram parcialmente publicados (*post mortem*) em um Anuário do Rio Grande, em 1897 e 1899. Finalmente, reunidos e sistematizados por duas bisnetas, foram publicados, como livro, em 1983. Principalmente desde então, os *Apontamentos* de Mabilde passaram a ser citados, quase sempre acriticamente, como descrição “objetiva” da cultura e sociedade Kaingang. Parte de sua credibilidade viria do “fato” de que Mabilde estivera preso por dois anos entre os índios. Seus escritos têm sido usados também contra os Kaingang atuais, em alguns conflitos fundiários. Perguntar-se sobre o ‘grau de positividade’ que se pode atribuir aos registros do Engenheiro Mabilde é, não só, legítimo, como imprescindível, mas raríssimos são os pesquisadores que, citando-o, o fazem. Essa comunicação discute essa questão e, a questão correlata, de quais estratégias usar para uma tal análise.

O livro

O livro intitulado *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul – 1836-1866*, de autoria do Tenente Coronel Engenheiro Pierre François Alphonse Booth Mabilde (1806-1892, belga naturalizado brasileiro) foi, de fato, composto por duas bisnetas do autor.

Na *Introdução* ao livro, informam que ele “*consta de um texto e 63 notas escritas pelo Ten.-Cel. PIERRE FRANÇOIS ALPHONSE BOOTH MABILDE do ano de 1836 ao ano de 1866...*” (Mabilde 1983:5).

De fato, sabemos que as notas foram registros (mais ou menos autônomos, embora alguns bastante relacionados) tomados ao longo de trinta anos, e que permaneceram em manuscrito, em posse da família. Quanto ao texto, fora publicado postumamente, em duas partes, nos anos de 1897 e 1899, pelo *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul*. Em nota, o editor atribui a publicação ao obséquio de um ex-consul alemão em Porto Alegre, Guilherme Ter Brüggem, e informa que o manuscrito apresenta o seguinte título:

Apontamentos ao correr da penna sobre os indígenas selvagens da nação “Coroado” da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, extrahidos das minhas notas, tomadas em viagens e excursões pelos sertões de mattas virgens da mesma provincia (Mabilde 1897:145 – grifos nossos).

Conclui-se, pois, que a redação do texto é posterior à notas e, em suma, deveria conter basicamente o que já aparecia nelas.

O livro de Mabilde tem sido tomado, com frequência, como informação de “autoridade” no que diga respeito à cultura e organização social Kaingang. É em razão da preocupação com os usos acrílicos dessa obra, que o presente texto foi elaborado.

A biografia: história e lenda

O primeiro e principal “atestado” de veracidade, autenticidade e confiabilidade sempre apresentado para legitimar os escritos de Mabilde a respeito dos Kaingang e de sua cultura é o fato de ter vivido, como prisioneiro, entre eles, pelo espaço de dois anos. Comparece-se esse longuíssimo período de permanência com aquele de Jean de Léry, prisioneiro por quase um ano entre os Tupinambá, ou o de Hans Staden, também entre os Tupinambá, de quem foi prisioneiro por nove meses.

Assim, lê-se na apresentação de Mabilde feita por Ítala Becker, no conhecido trabalho “*O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul*” (1976a:329):

Em todas essas atividades manteve contato direto com os índios Kaingáng; foi por 2 anos prisioneiro dos mesmos, com os quais aprendeu o idioma indígena, elevando, assim, para mais de uma dezena seu conhecimento em línguas.

Por sua vez, duas bisnetas de Mabilde – May Mabilde Lague e Eivlys Mabilde Grant – registraram com detalhes (alguns deles, omitidos abaixo) o mencionado período de cativeiro. Em biografia que fizeram constar na obra que organizaram com as notas do bisavô¹, relatam:

Quando, como Engenheiro e Agrimensor das Colônias, abria uma estrada, ao cair de uma tarde, foi surpreendido e preso, com todos os homens que com ele trabalhavam, por uma tribo de selvagens coroados (atuais caigangues).

Ele, logo reconhecido pelos selvagens, como sendo o chefe dos brancos, foi levado até o cacique principal, para que ditasse sua sorte. O prisioneiro, usando de mímica, conseguiu mostrar aos selvagens a utilidade de uma luneta que carregava consigo. Deu-a ao cacique, para olhar através dela, deixando-o maravilhado pelo fato de enxergar perto objetos que se achavam distantes. (...)

Os coroados, surpreendidos e amedrontados com a luneta, com as mímicas e com os truques praticados pelo prisioneiro (...) pouparam-lhe a vida. Consideravam-no como a um ser superior, que lhes causava muito temor, bem visível, aliás, para o inteligente e astuto prisioneiro. Trataram-no bem, com um misto de respeito e medo, dando-lhe um rancho velho, no alojamento, para morar. Respeitaram suas roupas e seus cabelos – o que não faziam com prisioneiro algum. Mulheres e crianças, quando aprisionadas, eram despidas, os cabelos tonsurados e os pelos, das demais partes do corpo, arrancados e atirados ao fogo.

Ficou preso, gozando de uma liberdade muito vigiada, para não ter possibilidade alguma de fugir, o que ele, aliás, logo verificou. Passou muito trabalho, privações e frio. Para se abrigar dispunha, unicamente, das roupas que vestia ao ser aprisionado. Tratou de fazer mantas com fibras vegetais, caçar animais para usar as peles e penas, como abrigo.

O que fazia ensinava aos selvagens, deixando-os surpreendidos com o que conseguia realizar. Tratou de ir conquistando, pouco a pouco, a confiança dos coroados que, à medida que o tempo passava, cada vez mais o

¹ A biografia traz a data de julho de 1978, mas apareceu publicada como apêndice à obra de Mabilde, em 1983.

consideravam como um ser diferente e superior, respeitado até pelo cacique principal. (...)

Começou a colher dados sobre os usos, costumes e crenças, fazendo o possível para falar o idioma indígena. Quando conseguiu falar com os selvagens, estes passaram a vigiá-lo menos. Era só seguido e vigiado por um jovem índio de, mais ou menos, 20 anos de idade.

Filho de um cacique subordinado, o jovem Ucuity foi-se tornando seu amigo. Conquistou, totalmente, a amizade de seu guarda a quem contava as maravilhas da civilização, da vila de São Leopoldo, das casas que construía, das pontes para atravessar os rios sem precisar nadar etc.

(...) Deslumbrou e conquistou de tal maneira a confiança de Ucuity que, com a cumplicidade do mesmo, conseguiu fugir, após mais de dois anos de cativo.

Voltou, trazendo vasto material para estudo: pedras preciosas, semipreciosas, amostras de plantas que lhe despertaram a curiosidade etc. (...) Chegaram em São Leopoldo, onde encontrou a esposa e filhos cobertos de luto, pois fora dado por morto. (op. cit. p. 225-227).

A possibilidade de que, na metade do século XIX, no Rio Grande do Sul, um estrangeiro (naturalizado, é verdade) exercendo o cargo de “Engenheiro das Colônias” pudesse ser feito prisioneiro de um grupo indígena, sem que isso gerasse trocas de correspondência, informação pública e, até, citação em relatório anual do Presidente da Província é insustentável². É o que acreditam (e desejam que acreditemos) as biógrafas citadas, uma vez que é esse o caso em questão: não há qualquer documento oficial que corrobore o suposto desaparecimento e suposto aprisionamento de Pierre Mabilde por índios. O texto acima transcrito indica que apenas Mabilde permaneceu prisioneiro, apesar de ter sido capturado com seus auxiliares. Nesse caso, tem-se mais um motivo para duvidar do tal seqüestro de um Engenheiro, que não é oficialmente comunicado por nenhum de seus subordinados (os quais, aliás, poderiam indicar sem dificuldades o local do acontecido, de onde se poderiam iniciar as buscas). Veja-se, por exemplo, o caso do ataque do grupo de João Grande (Kaingang) à família do colono Pedro Watterpuhl, na colônia Mundo Novo, em janeiro de 1852, quando duas mulheres e três crianças foram feitas prisioneiras. O Governo Provincial é comunicado, toma uma série de medidas e, finalmente, encarrega o Cacique Doble de perseguir o grupo de João Grande e de resgatar os prisioneiros brancos. No cumprimento dessa missão, o grupo de Doble praticamente exterminou a gente de João Grande, em março de 1853, resgatando efetivamente as prisioneiras. O caso aparece em muitos documentos oficiais (sob a guarda do Arquivo Histórico do RS) e chega a ser citado no Relatório anual do Presidente da Província (Cansansão de Sinimbu), em 1853 (cf. D’Angelis 1984:18; Becker 1976b:68 e 70; Mabilde 1983:61-62).

Há diversos outros registros de ataques, correrias e mortes, mas vamos citar apenas outros dois casos:

² A propósito da naturalização de Mabilde, escreveram suas bisnetas: “Trabalhava em Porto Alegre e os negócios prosperavam, quando requereu sua carta de naturalização. A mesma foi-lhe concedida em 22 de março de 1848 (...). Sua naturalização chamou a atenção do Governo, pelo fato de ser engenheiro. Três meses após, em 20 de junho de 1848, foi nomeado Engenheiro das Colônias (...)” (Lague & Grant 1983:221). É possível, obviamente, que a história tenha ocorrido assim. Mas, conhecendo os meandros burocráticos e as práticas do Estado em qualquer período da história brasileira (colonial, imperial ou republicana) é bastante provável que a naturalização não tenha sido a causa de sua nomeação (ou da ‘descoberta’ que o levou a ela) mas, antes, o cumprimento da condição legal que permitisse a Mabilde ser nomeado para cargo provincial.

- Outubro de 1863: índios assaltam a última colônia da Linha Sebastopol, em Nova Petrópolis, matando um colono.³
- Dezembro de 1867: índios assaltam a casa do colono Lambertus Werteg, na Colônia de Sta Maria de Soledade (5º Distrito de São Leopoldo), levando a família.⁴

Mas, em que data teria ocorrido o aprisionamento de Mabilde? Seria em época muito diferente e, por isso, teria repercutido menos?

É afirmação das biógrafas que Mabilde foi aprisionado pelos Kaingang quando Engenheiro das Colônias (p. 225). Sabemos, também pelas biógrafas, que Pierre Mabilde foi nomeado Engenheiro das Colônias em junho de 1848. Sabemos, igualmente, que afastou-se das funções por dois anos, em 1855 e 1856, para tratar de sua saúde, retornando depois às suas funções, mas afastando-se novamente em fins de 1857, quando viajou para a Europa, retornando ao Brasil em 1858. Nesse meio tempo, sabemos que⁵:

1848: em julho, casa-se por terceira vez e muda-se para São Leopoldo.

1849: em maio, nasce a primeira filha do terceiro casamento.

1850: janeiro a julho: abertura de picada do Pontão, contato com o grupo Kaingang do Cacique Braga entre os rios Turvo e da Prata.

1850: em maio, acompanha o grupo de Braga para os campos da Vacaria

1850: em junho, nomeado Tenente Coronel da Guarda Nacional (GN).

1850: em julho, nomeado Comandante do 2º Batalhão de Infantaria da GN.

1850: em outubro, assume interinamente o Comando da Legião da GN.

1851: em fevereiro, assume novamente o Comando da Legião da GN.

1851: em maio, requer exoneração do Comando da Legião da GN.

1851: em novembro, convidado a ingressar na Associação Médico-Farmacêutica de Porto Alegre.

1852: em fevereiro, demarcando colônias, feriu-se no pé.

1852: em março, encarregado também como Agrimensor das Colônias.

1852: em setembro, nomeado Subdelegado do 1º Distrito de S. Leopoldo.

1853: em janeiro, requer exoneração de Subdelegado.

1853: em agosto, solicita um mês de licença médica e pede demissão do cargo de Agrimensor..

1854: afasta-se das funções de Engenheiro, por razões de saúde. Por 2 anos ocupa-se de restabelecer-se.

1855: vereador em São Leopoldo.

1856: vereador em São Leopoldo.

1857: vereador em São Leopoldo.

1857: fins do ano, embarca para Europa.

1858: está de volta ao Brasil.

1859: retoma seu lugar na Câmara de São Leopoldo.

1866: encontra-se em Santa Cruz (é ali que assina, no mês de julho, o *texto* intitulado *Apontamentos ao correr da penna sobre os indígenas selvagens...* etc, publicado em 1897 e 1899).

1874: obtém licença para explorar minas de sulfato de cobre e outros minerais nas margens do Rio Quaraí.

³ Anexo primeiro ao Relatório do Diretor Geral Interino dos Índios, Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto, ao Presidente da Província, João Marcelino de Souza Gonzaga. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Lata 299, Maço 4.

⁴ Documento não datado, com carimbo da “Secretaria do Governo” e o título “Para o artigo Catequese e Civilização dos Índios”. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Lata 299, Maço 4.

⁵ Todas essas informações aparecem no próprio livro, a maior parte no texto biográfico, mas algumas também no texto do próprio Mabilde.

Como vemos, um homem de muita atividade, Mabilde não teve tempo de ser seqüestrado ou preso pelos índios antes de 1860. Se o foi, isso aconteceu entre 1860 e a data de sua exoneração da função de *Engenheiro das Colônias* (informação que não temos, pois suas biógrafas desconhecem, mas parece ter ocorrido antes, coincidindo com seu afastamento em 1854). Há uma outra data a tomar em consideração aqui: aquela que aparece em sua obra, como limite temporal das observações ou anotações: 1866 (a mesma data presente na publicação de 1899).

Assim, qualquer que tenha sido a data da exoneração ou aposentadoria de Mabilde da função de *Engenheiro*, seu suposto aprisionamento pelos índios teria que ter tido lugar entre 1860 e 1866. Ora, vimos acima que, nesse tempo, a documentação provincial continuava registrando os enfrentamentos ou dificuldades de colonos com os índios. Por que deixaria de registrar o desaparecimento de um Engenheiro da Província na mão dos índios? Na mesma década exemplificamos, acima, com as repercussões oficiais (sem mencionar a imprensa) de dois ataques a ‘simples’ colonos.

Fica, por fim, ainda um argumento baseado em (falta de) documentação, contra a sugestão de que o Eng^o Mabilde tenha vivido dois anos prisioneiro dos índios: se as notas de Mabilde foram encerradas em 1866, e se baseiam nos conhecimentos e observações feitas em sua vivência entre os índios, por que, em nenhum momento, se encontram nelas expressões como “quando estive preso”, ou “quando estava prisioneiro” e, menos ainda, qualquer alusão dele ao fato (quando, em contrapartida, ocupa-se de relatar e registrar com detalhes muitos fatos de pequena importância)?

Há, porém, mais elementos no próprio texto de Mabilde que não se coadunam com a história da suposta permanência dele entre os Kaingang por dois anos. Antes de tratar deles, deixe-nos chamar a atenção, rapidamente, para um aspecto do texto das biógrafas que é condizente com a hipótese da criação, nesse caso, de uma lenda familiar, ao estilo ufanista das biografias de ‘heróis’. Atente-se para as passagens em que

- *Os coroados, surpreendidos e amedrontados (...) pouparam-lhe a vida. Consideravam-no como a um ser superior, que lhes causava muito temor (...)*
- *Tratou de fazer mantas com fibras vegetais, caçar animais para usar as peles e penas, como abrigo. O que fazia ensinava aos selvagens, deixando-os surpreendidos com o que conseguia realizar.*
- *(...) à medida que o tempo passava, cada vez mais o consideravam como um ser diferente e superior, respeitado até pelo cacique principal.*

Essas passagens – e mais, também, aquelas em que o Engenheiro parece um *Anhanguera* ou *Caramuru*, com sua luneta e seus “truques”, amedrontando os índios com seus “poderes” – em muito lembram as biografias escolares dos grandes “heróis” nacionais. E lembram, em alguma medida, também, um *Robinson Crusoe* civilizador (mas as biógrafas esquecem, por exemplo, que os Kaingang teciam suas próprias roupas, antes da chegada dos brancos em suas terras). Nada mais incoerente do que o “temor” dos índios com sua “coragem” para aprisionar tão poderoso “*ser superior*”. É com o mesmo sentido ufanista (a-histórico) e de tom escolar que se pode ler, na ‘biografia’, que “*a vida de Pierre François Alphonse Booth Mabilde foi um exemplo de retidão e de amor no cumprimento do dever, impondo-se a seus superiores e subordinados pela sua moral intocável e grande bondade de coração*” (Lague & Grant 1983:231). .

O texto das biógrafas também contém incoerências e incongruências com as observações do próprio Mabilde. Afirmam, por exemplo, que

Respeitaram suas roupas e seus cabelos – o que não faziam com prisioneiro algum. Mulheres e crianças, quando aprisionadas, eram despidas, os cabelos tonsurados e os pelos, das demais partes do corpo, arrancados e atirados ao fogo.

Em primeiro lugar, a prática indígena que se menciona, para justificar que Mabilde fora tratado como nenhum outro prisioneiro, diz respeito ao tratamento dispensado a mulheres e crianças, o que não era o caso do bisavô das biógrafas. A propósito, elas se apoiam em informação do próprio Mabilde ao referirem o tratamento dado às mulheres e crianças (Cf. Mabilde 1983:62). Entretanto, não levam em conta a informação do bisavô no que se refere ao tratamento dedicado aos homens não índios (*op. cit.* p. 64):

O homem civilizado que se introduz no seu alojamento, quando não o matam, tratam bem. A esse estrangeiro cedem com facilidade a sua mulher para que fique em sua companhia por algumas horas – sem reserva alguma do uso que o estrangeiro dela fizer.

A passagem evidencia que, tendo entrado em um alojamento Kaingang, Mabilde foi enquadrado em uma classe de homens *brancos* que não se pode ou não se deve matar. Ainda que isso fosse, efetivamente, uma deferência em relação a outros, os que seriam mortos, não seria Mabilde o único alvo dessa deferência.

Mas, se não esteve preso por dois anos, Mabilde terá mesmo convivido por algum tempo significativo entre os Kaingang, que lhe permitiram colher informações que, até então, não se tinha deles?

A resposta a essa pergunta é afirmativa, se dermos total crédito às palavras do próprio autor, nas seguintes passagens:

(...) as mais assíduas indagações e observações sobre aquele fato singular [suspensão da menstruação] somente ao fim de três meses – dos muitos em que estive entre aqueles indígenas, no meio do sertão – é que me deram por resultado o conhecimento positivo do fato que acabo de expor (...) (Mabilde 1983:55).

Seria mais fácil e possível supor que as indígenas não eram menstruadas, se o observador não tivesse passado, como eu, meses entre elas e não tivesse ocasião de ver o método que empregam para obter tal fim – o que posso testemunhar, pois fui testemunha ocular, por várias vezes, nas circunstâncias que acabo de narrar (Mabilde 1983:55).

No entanto, o relato acerca das suspensões de menstruação (que o engenheiro teria tido ocasião de assistir várias vezes) não parece condizente com o recato que também existe nas sociedades indígenas, sobretudo para as mulheres nessa circunstância. Isso não impediria, no entanto, que ele efetivamente tivesse visto mulheres sendo medicadas na forma que descreve (ver abaixo), que também lhe haviam contado mulheres aprisionadas pelos Kaingang.

Ademais, é curioso comparar o registro feito por Mabilde – na passagem imediatamente anterior à citação acima – acerca da suspensão da menstruação, e o relato que ele mesmo dá, em outra nota, acerca da experiência de duas mulheres brancas que foram prisioneiras, por alguns meses, do grupo de João Grande. O relato de Mabilde como “*testemunha ocular*” diz:

Se durante o tempo de amamentar o filho, como muitas vezes acontece às mulheres selvagens, aparecer a menstruação, uma das mulheres velhas corre, sem perder tempo, a buscar umas folhas de um pequeno cipó que são machucadas na mão, com um pouco de água fria, dando de beber o sumo à menstruada. Continua a operação da extração daquele sumo, fazendo a paciente beber cada vez, até que a água, em que se machuca a folha, saia clara e sem gosto. Duas ou três horas após a

*aplicação deste remédio desaparece a menstruação e não reaparece mais, até novo parto*⁶. (Mabilde 1983:54).

Já o relato de segunda mão, no qual Mabilde registra o que ouvira das mulheres brancas que tinham sido prisioneiras

Depois de estar na mata uns doze dias, a viúva de Watterpuhl ficou menstruada e, logo que uma das coroadas o percebeu, foi logo procurar umas folhas de uma planta que machucou com um pouco d'água, na mão. Espremendo com os dedos a massa obtida, deu o sumo para beber à mulher menstruada. Continuou espremendo e trocando a água até que aquele sumo, que cada vez fazia a menstruada beber, ficasse bem claro. (...) No fim de duas horas, mais ou menos, desapareceu-lhe a menstruação. Uns vinte dias mais tarde, ficou também menstruada a sua filha (...) e, logo que as coroadas o perceberam, deram-lhe igualmente, a beber o sumo daquela mesma planta e o resultado foi, no fim de duas ou três horas, cessar-lhe a menstruação. (Mabilde 1983:62).

É fácil supor que, tendo ficado cerca de dois meses entre os Kaingang, cada uma das duas mulheres terá passado pelo menos mais uma vez pela mesma experiência.

Sobre as duas ‘versões’ acima, registremos que a narrativa das mulheres prisioneiras (que Mabilde ouviu no próprio ano de 1853⁷) corresponde à Nota n° 18, uma das 63 notas escritas por ele entre 1836 e 1866. Já a narrativa de Mabilde como “*testemunha ocular*” é posterior, porque integra o *texto* dele, escrito com base naquelas notas, e publicado, originalmente, em 1897.⁸ Como se disse acima, não se nega, no entanto, que Mabilde tenha realmente assistido a aplicação daquela medicação, e ele próprio indica que já havia comunicado essa observação a um médico militar em 1848 (Cf. *op. cit.* p. 63).

Voltemos, pois, ao ‘testemunho’ do próprio Mabilde sobre o tempo de sua permanência entre os Kaingang. No trecho que citamos acima, do *livro* organizado por suas bisnetas, lemos (p. 55):

(...) somente ao fim de três meses – dos muitos em que estive entre aqueles indígenas, no meio do sertão – é que me deram por resultado o conhecimento positivo do fato (...)

Curioso, porém, é que o *texto* de Mabilde (que, organizado junto com as 63 notas, tornou-se o *livro*) originalmente publicado em 1897, não é exatamente igual. Ali (p. 157) lê-se:

Ainda assim foi somente ao cabo de um período de cinco mezes – que uma vez passei em meio destes indígenas no sertão – que cheguei ao conhecimento do facto da supressão das regras por esse meio que acabo de indicar...

Essa passagem é importantíssima, seja porque atesta a preocupação de Mabilde com registrar as condições em que tomou conhecimento ou descobriu certas informações, seja porque sugere diferenças entre a versão do *texto* publicada no século XIX e aquela empregada pelas organizadoras na confecção do *livro*. No caso da preocupação de Mabilde em atestar sua longa permanência, certa ocasião, por 5 meses “*em meio*” aos índios, ela é a demonstração cabal de que outra permanência mais longa que essa não terá havido, descartando por completo o suposto aprisionamento. Esse período de 5 meses, aludido na passagem acima, está identificado no próprio *livro*: “*durante os meses de janeiro a julho de 1850, quando estive entre eles*” (p.34), período em que trabalhava na exploração de

⁶ Mabilde não terá permanecido tempo suficiente para tirar tal conclusão que, aliás, é equivocada. Ou suspendem a menstruação temporariamente, ou suspendem definitivamente, o que significa que, em nenhum dos dois casos, isso tem relação com um outro parto.

⁷ Cf. Mabilde 1983:63.

⁸ Ver *O livro*, acima.

uma via que ligasse São Sebastião do Caí (e, por extensão, a capital da província) ao extremo norte, no Barracão.

Assim, ainda que não seja factível admitir que Mabilde tenha “vivido entre eles” (porque não havia razão para tal), é perfeitamente plausível (e há documentação que respalda essa notícia) que durante os meses em questão tenha estado em contato mais ou menos permanente com um dos grupos Kaingang do Noroeste do Rio Grande do Sul⁹, onde pode contar, segundo seu próprio informe, com um intérprete: “*um indígena desta especie, já aldeado durante quatro anos (...) que fallava soffrivelmente a língua portugueza e que me servia de intérprete, principalmente depois disto, digo, pude questional-os sobre muitos pontos e cousas dos seus costumes...*” (Mabilde 1897:151).

Por fim, é importante registrar que existe, sim, uma menção, ao longo do livro de Mabilde, à condição de *prisioneiro* (além daquelas afirmações já mencionadas, presentes na biografia). Entretanto, não se trata de uma frase escrita por Mabilde, mas de uma frase interpolada pelas organizadoras (sem que esteja identificada como interpolação). A passagem em questão encontra-se ao final do primeiro parágrafo da pg. 34 (quando se encerra um trecho do *texto* para, em seguida, emendar-se a Nota n° 39 ou parte dela). Ali, lê-se:

Pude, então, questioná-los sobre muitos pontos e coisas de seus costumes, durante os meses de janeiro a julho de 1850, quando estive entre eles. (Nesta época não estava prisioneiro).

O trecho, com ligeira diferença, aparece na publicação de 1897 à p. 151. De autoria das bisnetas é a frase no parênteses: (*Nesta época não estava prisioneiro*). Não identificar o trecho como interpolação ao texto do autor é, no mínimo, um ‘cochilo’ imperdoável.

Nem preso, nem falando a língua

È curioso que alguém que tivesse passado a experiência de ser prisioneiro entre os Kaingang não relatasse, em primeira pessoa, o que seria o tratamento indígena para com seus prisioneiros. Isso não é, porém, o que encontramos nos escritos de Mabilde. Ali podemos ler, por exemplo, textualmente:

As notícias sobre a maneira de tratar os prisioneiros foram-me dadas por dois caciques e vários coroados velhos, interrogados em circunstâncias e lugares diferentes, no sertão. Foram confirmadas por uma mulher branca e três mulatas que, em localidades e épocas diferentes, foram aprisionadas pelos selvagens entre os quais permaneceram prisioneiras. (Mabilde 1983:68).

Por fim, se Mabilde tivesse realmente vivido dois anos entre os Kaingang, seria absolutamente impossível que não tivesse aprendido sua língua. Mesmo em um período de 5 meses, se fosse de convivência realmente dentro da aldeia, um razoável conhecimento da língua seria esperado. Mas não é que se verifica. Vejamos as principais passagens em que Mabilde emite opiniões ou discute questões relacionadas à língua dos Kaingang.

Há, no *livro*, uma passagem do texto, sobre o caráter da “*linguagem que os coroados falam*”, opinando o autor sobre ser, aquela língua, “*um dialeto que se deriva, em grande parte, da língua tupínica e do guarani*”, mas que é, porém, “*de tal maneira alterada e corrupta, por sua pronúncia um tanto aspirada, que lhes modifica as palavras*” (*op.cit.* p.10). Opina, por conseguinte, pela dificuldade e, praticamente, inutilidade de um

⁹ A permanência de Mabilde em contato permanente com os índio parece estar mais condizente com a afirmação, dele próprio, sobre “*o fato dos coroados só admitirem, entre si, homens estranhos à tribo quando estão numa situação de apuros e perseguições...*” (*op.cit.*p.43).

dicionário da língua Kaingang, apontando, em sua percepção, para o fato de haverem elementos não segmentais (prosódicos, acentuais ou modais: “*ora aspirando, ora soprando, ora nasal, ora gutural*”) que, acrescidos a uma “mesma palavra” a fazem diferente (*idem, ibidem*).

Pode-se dizer que, não tendo ele formação lingüística, as avaliações impressionísticas de Mabilde são, até, compreensíveis. A evidência, pois, de seu desconhecimento da língua vem de outra passagem, onde pretende interpretar um nome próprio:

*Ouvimos chamar a uma mulher coroada de Cachangoêl, sendo toda a palavra pronunciada de um modo aspirado. Para isto era preciso uma contração especial de certos órgãos da respiração o que é, para nós, de uma dificuldade insuperável, assim como é impossível reproduzi-la fielmente, por meio da escrita. Ao cabo de muitas indagações fastidiosas – por causa da corrupção na pronúncia dos coroados – puder conseguir saber que esse nome era composto de duas palavras e de uma voz imitativa: **Caá**, da língua tupínica, que significa “erva, folha, mato, bosque” e que os coroados pronunciam, por corrupção, **ca-ê**, aspirando o “ê”. **Ham**, som imitativo que eles pronunciam completamente aspirado e que imita o som que emitem os porcos do mato, quando caminhando: **ham, ham, ham** etc. E da palavra **goêne**, igualmente da língua tupínica e que significa “caminho, beira do caminho, trilha do mato” e que, também por corrupção, pronunciam **ghóell**. De sorte que o único significado que podemos dar à palavra **Cachangoêl** deve ser: **voz de porco, caminhando no mato...***

Na realidade, este sentido translato era sua verdadeira significação, segundo me afirmou um cacique. (Mabilde 1983:74-75).

Em primeiro lugar, corrija-se uma falha que não é de Mabilde, mas das organizadoras. Como se vê pela “identificação” pedaço a pedaço (no que o autor supõe serem as três partes do nome), a forma (“corrompida”) dos Kaingang pronunciarem o nome é **Ca-ê + ham + ghóell** ou **Caêhamghóel**.

Restabelecer essa letra (e não estamos certos se não há outras erroneamente transcritas) não altera o problema com a etimologia proposta pelo autor. A bem da verdade, por certa casualidade, a expressão *ka 'e* guarda, em Kaingang, certa “aproximação” com o sentido da palavra Guarani *ka'a* (“mato”), uma vez que *ka 'e* traduz-se por “*muita madeira*” ou “*muitas árvores*” (mas, também, “*muitas bordunas*”). Na verdade, a palavra Kaingang para dizer simplesmente “mato” é outra (ou melhor, são mais que uma palavra, a depender da extensão e da ‘qualidade’ do mato: *nõn, nẽn, wõin*¹⁰). O que não é provável ou, melhor ainda, factível, é um nome ou mesmo expressão Kaingang composta na forma sugerida: seja porque não se usam vozes onomatopaicas na sintaxe (a não ser que sejam realmente *palavras*, ou seja, itens lexicais consagrados, de origem dita onomatopaica), seja porque a sintaxe da língua Kaingang – como de qualquer língua – tem regras determinadas a respeito da posição relativa das palavras na composição de uma locução ou frase, que não estão minimamente respeitadas na sugestão interpretativa de Mabilde. Ainda que *Ca-ê* estivesse empregada como o sentido de *muitas árvores*, a locução “*no mato*” pede uma posposição, que resultaria em *ka'e kō* (ou *Ca-ê cō*) e não em *Ca-ê ham*. Mas se houvesse erro de registro ou de transposição, e pudéssemos imaginar que Mabilde escutou, mesmo, algo parecido a *ka'ekôm* (ou *Ca-ê kãm*), dado o fato de que *ka 'e* não significa realmente “mato”, seria mais provável que a palavra ouvida tivesse sido *kaetkôm* ou *kaitkō* (ortograficamente: *kanhkã*), que tanto pode significar “*céu*” como “*parente*” (de fato, são palavras homófonas). Por fim, a palavra Kaingang para “*caminho*” (*êmĩ*) não guarda qualquer semelhança com a porção final do nome em questão.

Em resumo, é simplesmente impossível saber o que Mabilde ouviu (mal) e registrou (pior). Poderia ser desde algo como *kaetkō hã* (ort. *kanhkã há*), ou seja, “*céu bonito*” ou

¹⁰ Ortograficamente: *nãn, nẽn, vãnh*.

“parente bom” até “ver o bugio” = *kaetkō ngóg ve* (ort. *kanhkãgóg ve*), ou simplesmente nada parecido com isso. Mas seguramente, também, nada parecido com “voz de porco, caminhando no mato”.¹¹

Mas, mais ainda que essa problemática passagem em que o autor faz digressão sobre um nome Kaingang, o que chama a atenção para a ignorância de Mabilde em relação àquela língua indígena é a absoluta ausência de palavras Kaingang no seu texto. Viajantes, missionários, militares ou pesquisadores que estiveram semanas, dias ou apenas horas com um ou com alguns índios Kaingang tiveram o cuidado de registrar vocabulários (brevíssimos ou longos, de uma dezena a centenas de palavras¹²). Do mesmo modo, autores que estiveram poucos dias ou semanas entre os Kaingang, ao registrar suas notas não deixaram de anotar, aqui e ali, elementos lexicais indígenas. Nada disso se vê em Mabilde que, em contrapartida, é minucioso em muitas outras coisas.

Nada explica a omissão e o silêncio de Mabilde (um ilustrado, afinal) acerca da língua Kaingang, a não ser sua completa ignorância dela. Veja-se que ele teve, também, uma excelente oportunidade de interpretar um nome Kaingang, em outra passagem de seu texto, e se não o fez, foi exatamente por não sabê-lo. Trata-se da passagem em que apresenta alguns dos *caciques subordinados* de Doble. Falando do segundo deles, escreveu:

Depois do cacique Condurá (Domingos) vem o cacique Nhucoré, conhecido pelos nomes de “Francisco sem nariz” ou de “Chico nariz comido”, o qual tem permanecido com sua tribo, a maior parte do tempo, nos Campos do Meio, nos fundos da fazenda de Diogo José de Oliveira. (Mabilde 1983:177-178).

Nem ali, nem em outro lugar, Mabilde percebe que “sem nariz” ou “nariz comido” possa ser a tradução de *Nhucoré* ou algo parecido a isso. Na verdade, *Niẽ kórég* ou *Nĩẽ kórég* (ort. *nĩjẽ kórég*) significa, literalmente, “nariz ruim” ou “nariz feio”. Da mesma forma, nem mesmo ao falar dos campos de *Cavará-cuiá*¹³ (na verdade *Cavarú-cuiá* – admitindo-se aqui um outro erro de transposição dos originais) o autor observa que se trata de uma interessante expressão Kaingang: “comer cavalo” ou “cavalo comido”.

São raríssimas as passagens em que Mabilde se ocupa de mencionar palavras Kaingang. Uma delas ocorre ao tratar de “plantas venenosas”. Ali, informa que os Kaingang chamam à “erva-de-rato”, assim como a “erva venenosa” de *unnhupuám*: “as duas primeiras sílabas “un-nhu” pronunciam aspiradas, e as duas últimas como nós as pronunciamos”. Na mesma passagem, esclarece que essa palavra “não obstante parecer genérica, como se colige, não significa “planta venenosa”, como é natural supor-se”, mas não diz, afinal, o que significaria então (Mabilde 1983:133). Na sequência, misturando Kaingang e Guarani, o autor diz que “planta ou erva venenosa no dialeto dos indígenas coroados é denominada *caêcy* ou *caêyba*...”. Na verdade, ao contrário do que ele afirma, a expressão que grafou como *unhupuám* significa, genericamente, “uma planta (ou verdura) ruim (ou selvagem, perigosa)”, e em Kaingang atual seria grafada como *ũn jũ fuva* (pronunciada mais ou menos como: *ũnhũfuá*, sendo que o “f” seria, no passado – como ainda hoje, no Kaingang paulista – uma bilabial, e portanto, mais parecido com “p”).

Uma outra observação dele sobre vocabulário pretensamente *Coroado*, aparece quando trata das “manifestações provocadas pelo pavor” do raio. Nessa passagem

¹¹ Essa falsa etimologia, de Mabilde, parece-se a uma, igualmente engraçada, sugerida para a interpretação do nome *Xapécó* que, partindo de uma “identificação” de radicais Tupi (como *ape* = caminho, e *kó* = “roça”) propôs a tradução: “caminho real da roça” (sem atentar também ao fato de que, se tal segmentação fosse correta, e se tais palavras fossem de origem Tupi, uma tradução possível – obedecendo a sintaxe tanto do Tupi, como do Guarani ou do Kaingang – teria que partir de “roça do caminho” e nunca “caminho da roça”).

¹² Ver W. D’Angelis, *O primeiro século de registro da língua Kaingang (1842-1950): valor e uso da documentação etnográfica*, em www.portalkaingang.org/Primeiros100anos.pdf

¹³ Aparece dessa forma, por duas vezes, na pg. 77 do livro (Mabilde 1983:77).

Mabilde informa que “os Coroados chamam o raio de “*monhôtatá*”, o que meu intérprete traduziu por “*aquela coisa*” (op. cit., p.136). É evidente a origem Guarani (algo como *fazer* ou *trazer fogo consigo*), nada tendo a ver com o termo Kaingang para “*raio*” (*ndogndo* ou *tando*). A tradução “*aquela coisa*” pode dever-se a um mal entendido ou ao uso, pelo cacique, de uma expressão (algo como “*ndéd ên*” ou “*ndéd ãn*”) que evitasse mencionar a palavra tabu para “*raio*”.

Em uma outra passagem, o Engenheiro afirma que “*os coroados são aos mosquitos, sem distinção de espécie ou variedade o nome de ‘uitem’*. Suponho ser corrupção da palavra ‘*yetim*’ que, na língua tupínica, quer dizer mosquito” (op. cit. p. 39). A relação com o Tupi, como se percebe, é fruto da confusão de Mabilde, julgando uma língua originada na outra. Sobre o termo apontado por ele, o mais provável é que seja um registro (‘corrompido’) da locução *ãn tẽ*, ou seja, “*um que voa*” ou “*algo que voa*”. A palavra Kaingang para *mosca* ou *mosquito* é “*ka*”, seguido de adjetivações para cada caso.

Bastam, creio, as confusões com Guarani, acima apontadas, para evidenciar que o autor nunca falou, efetivamente, o Kaingang e, mesmo, nunca entendeu muita coisa dessa língua. O que, por sua vez, basta para concluir pelo caráter lendário – aqui, definitivamente demonstrado como falso – do pretenso aprisionamento de vida de Mabilde por dois anos entre os índios.

Descartado o elemento ‘biográfico’ que legitimava toda e qualquer afirmação de Mabilde a respeito dos Kaingang, passa-se a lidar com mais cuidado com cada uma de suas afirmações e informações. É sobre esse crivo ou filtro analítico que tratamos a seguir.

Declarando as condições de pesquisa

Observa-se que Pierre Mabilde foi, com frequência, extremamente cuidadoso ao informar as circunstâncias precisas em que colheu ou obteve determinada informação, ou as condições em que realizou certa observação. Propomos tomar esse elemento, em toda a obra de Mabilde, como o principal indicador das informações seguras (ou, ao menos, das informações cujas fontes são identificáveis, ainda que eventualmente não sejam as melhores fontes). Quando aquele cuidado não se apresenta, sugerimos que as informações sejam colocadas sob crivo mais rigoroso.

Verificaremos, a seguir, alguns exemplos bastante cristalinos de informação cuidadosamente circunscrita.

A precisão do detalhe da circunstância costuma ser, nesses casos, uma marca de Mabilde para atestar a veracidade do que escreve. Por exemplo, nessa passagem acerca do hábito Kaingang de andarem nus, em que a menção à temperatura exata revela uma medição efetivamente realizada, em determinado dia e hora:

Assim temos encontrado, nos meses de junho e julho, no centro da serra e em meio de pinheirais, às 7 horas da manhã, quando o termômetro Réaumur indicava, apenas, um grau e meio acima de zero, os coroados completamente nus... (op. cit. p. 17).

Em muitos casos, a precisão da informação geográfica busca atestar algo como “*eu estive realmente lá*”. É assim, por exemplo, que enquadra sua narrativa dos seus primeiros contatos com um grupo Kaingang entre os rios Turvo e da Prata, no Nordeste do Rio Grande do Sul, em janeiro de 1850 (op. cit. p.33).

Os mesmos cuidados de precisão se encontram na descrição de uma escavação em túmulos Kaingang e da circunstância de seu retorno ao local, 14 anos depois, acompanhado do cacique Braga (op.cit. p. 99-110).

O mesmo se revela em passagens com expressões como: “*Durante a minha estadia entre os coroados faleceu uma mulher velha (...)* Ao findar a cerimônia, mandei fazer uma

cruz de madeira roliça (...) Ao cabo porém de dois dias (...) verifiquei que a cruz tinha desaparecido ...” (p. 112). Ou ainda:

Entre os homens que, de janeiro a julho de 1850, me acompanhavam nas matas, havia um português, Manoel José Pereira (...) pediu-me licença para dizer ao intérprete que ele queria experimentar se, estando armado com pau, um daqueles coroados seria capaz de lhe chegar ao corpo com o seu varapau (...) Terminada a segunda experiência, depois de ficar silencioso e pensativo durante uns dez minutos, o cacique Braga (...) me disse que ficaria com o marinheiro nas matas. Dar-lhe-ia uma tribo para ser o chefe, junto a ele (cacique). (p. 155 e 157) .

Articulando observação e conhecimento científico

Uma outra circunstância comum, nos escritos de Mabilde, é a combinação de observação direta (em geral, cuidadosa e em busca da causalidade dos eventos) com conhecimento científico do seu tempo.

Um exemplo disso, no *livro*, é a reprodução da Nota n° 20 (pp. 14-16). Ali, Mabilde descreve o ressecamento das pele das pernas (na altura das canelas e acima delas), sobretudo nos homens, relacionado à longa permanência acorados ao redor do fogo. Alerta para o possível equívoco – de “*quem ignorar esta circunstância*” do tempo passado perto do fogo – de se atribuir o ressecamento e embranquecimento da pele, na região anterior da perna, a “*moléstias herpéticas*”. Registra, inclusive, o caso de um naturalista que estivera com ele, em 1846, e dele ouvira essa informação, mas que divulgara, em palestra na Europa, a idéia de que “*ces indiens sont naturellement affectés par ces maladies de la peau*”, atribuindo isso ao fato de que “*leur nourriture exclusivement de pinhão*” (apud Mabilde 1983:15-16). Mabilde ocupa-se de mostrar o equívoco dessa interpretação, apelando aos seus conhecimentos acerca da prescrição de dietas de base vegetal para casos de moléstias herpéticas e acerca da incidência menor de doenças de pele, entre os países da Europa, justamente na Itália, país em que os alimentos farináceos são particularmente preferidos.

Semelhante procedimento encontramos no tópico sobre *estudo comparativo do ângulo facial*, a partir de medição que fez em 11 indígenas no Rio Grande do Sul (*op. cit.* p. 18-20).

Descrevendo fatos e aspectos inéditos e plausíveis

Em determinadas passagens, o melhor critério para aceitar a veracidade das informações de Mabilde é o fato de estarem apoiadas necessariamente em observação direta (porque minuciosa) e guardarem congruência ou plausibilidade com o que, depois dele, se veio a saber sobre os Kaingang.

Um exemplo disso é a descrição que faz do processo de tecer uma ‘*cinta de fibras*’, uma espécie de tanga de fibras de urucum ou de urtiga brava (*op. cit.* p. 31-32). Outro está na descrição do posicionamento das aldeias (*op. cit.* p. 37 e 39) e, principalmente, dos usos do pinheiro como ponto de observação e local para captura de papagaios, com detalhes sobre camuflagem e armadilhas para animais diversos (*op. cit.* p. 37-38).

O tópico sobre o silêncio nas aldeias Kaingang também evidencia experiência e observação direta (*op. cit.* p. 41). E também se devem incluir, nesse caso, as observações sobre a prática de supressão da menstruação (ainda que Mabilde também tenha tido, sobre esse assunto, os depoimentos mais seguros e conclusivos de duas mulheres brancas, que foram prisioneiras do grupo de João Grande). Quando de suas observações, Mabilde

ocupou-se inclusive de obter uma amostra da erva empregada e, para atestá-lo, narra as circunstâncias infrutíferas de busca de especialista que a identificasse (Cf. *op. cit.* p. 54-58).

Mabilde também apresenta um detalhado (quase demais) ritual de enterramento de um cacique principal. Apresenta prováveis elementos de observação direta, mas também evidentes generalizações, improváveis para quem não terá visto tantos funerais de cacique a ponto de conhecer suas possíveis variações (ex.: “*os coroados que formam guarda, fora do rancho, ficam postados toda a noite, sem dormir, no maior silêncio, fazendo apenas alguns fogos quando ocorre o falecimento em uma noite muito fria*” – *op. cit.* p. 91-92 – grifos nossos). Há, também, duas circunstâncias do enterramento mencionado que contradizem o que sabemos sobre os Kaingang de então: (i) o filho do cacique morto fica com o arco e flechas do seu pai (apenas o *varapau* é enterrado com o falecido), como sinal de passagem do poder (cf. p. 94); no entanto, todos os outros testemunhos são unânimes sobre o fato de que os objetos pessoais do falecido ou são queimados ou são enterrados com ele¹⁴; (ii) a terra é lançada diretamente sobre o cadáver, o que outros autores afirmam não acontecer (cf. p. 95-95).

Sobre esse enterramento, há ainda uma misteriosa circunstância: na Nota n° 44, reproduzida nas páginas 112 e seguintes, Mabilde identifica o cacique cujo enterro assistira, bem como a data do enterramento: tratar-se-ia do Cacique *Cun-nhungoê*, e o fato teria ocorrido em abril de 1836. E no parágrafo seguinte, afirma ter mencionado essa cerimônia ao Cacique Braga em 1850. Se não houver erro de transposição do manuscrito, no que se refere ao ano, teríamos a curiosa questão de saber em qual aldeia Kaingang isso poderia ter acontecido, na presença de um homem branco, mais de 10 anos antes dos primeiros contatos oficiais do governo com os Kaingang de Nonoai. Sabemos, por outro lado, que em 1835 Mabilde terá tido contatos com índios Guarani missioneiros, na região da Campanha (cf. *op. cit.* p. 12), e entre fevereiro e abril de 1836 terá escavado um cemitério Kaingang ao sul do Mato Castelhano, sem no entanto, avistar-se com os índios (cf. *op.cit.* p.99 e 102). Pessoalmente acredito em um engano na leitura dos números manuscritos, julgando muitíssimo provável que, onde está 1836 deva-se ler 1850. No entanto, na nota sobre *eutanásia* (*op. cit.* p. 153) Mabilde afirma textualmente ter estado com índios coroados “já em março de 1836”, quando porém “não tinha intérprete”, de modo que teve que comunicar-se com eles apenas “por meio de gestos pantomímicos”. O mais espantoso é que, nessas circunstâncias, afirma ter obtido de tais coroados informações sobre prática de eutanásia com doentes incuráveis.

É, de fato, inédita a descrição de um túmulo tradicional Kaingang (aparece na cerimônia de enterramento, acima mencionada) e, especialmente, de uma escavação em alguns túmulos desses (*op.cit.* p. 99-104). A descrição que Mabilde faz dessa investigação de campo é convincente pelos detalhes e curiosa pelo ineditismo. Trata-se de uma escavação que conduziu em fevereiro e, novamente, em abril de 1836, ao Sul do Mato Castelhano, em local no qual inexistiam indícios de presença recente dos índios.¹⁵ A localização indica campos provavelmente a menos de 50 km a leste de Soledade (seguramente a oeste do Rio Guaporé). A curiosidade maior é saber o que, efetivamente,

¹⁴ O próprio Mabilde informa, a respeito do enterramento do Cacique Doble, que este “foi sepultado com arco e flecha a seu lado” (*op. cit.* p. 116). Mais ainda, escreveu na Nota n° 61: “O cacique Yu-toahê (Doble) não foi o primeiro daqueles indígenas coroados que, depois de aldeados, morreu e foi sepultado com arco e flecha a seu lado, panela e chifre de boi. Antes de Yu-toahê, já dois outros indígenas coroados foram assim sepultados...” (*idem, ibidem*).

¹⁵ Em uma excursão que fizemos nas matas que ficam ao sul do Mato Castelhano e perto da zona ou linha meridional até onde chegam, de norte a sul, as matas de pinheiros, encontramos, em 16 de fevereiro de 1836, um campo no meio daquele sertão (...) Naquele campo havia sete túmulos de selvagens (...) Tudo indicava que, desde muitos anos, a mão do homem ali não havia tocado e que jazia no abandono... (Mabilde 1983:99-100).

Mabilde buscava naquelas paragens. Não terá ido lá, certamente, por interesses arqueológicos, arrastando alguns homens consigo. Em junho de 1850 ele voltaria aos túmulos, levando consigo o Cacique Braga e alguns outros Kaingang. Braga pode identificar quem estava enterrado lá (incluindo seu pai, morto em combate com os *botocudos*). As revelações do cacique, nessa viagem, são registradas em detalhe e são realmente valiosíssimas por muitos aspectos: memória histórica, posição do enterramento, etc. (cf. *op.cit.* p. 104-111).

Igualmente inédita parece ser a descrição do processo de fabricação de uma bebida à base de sumo de gerivazeiro e outra, à base de fermentação do suco de coquinhos (segundo ele, *buriti* ou *palmeira jussara*), usadas em festas de celebração de vitórias (cf. *op. cit.* p. 118ss).

Mabilde é, também, o único a mencionar e descrever marcas que seriam usadas para identificar a presença ou ocupação dos distintos grupos nos pinheirais (*op. cit.* p. 126-127; p. 146-147). Um certo detalhamento favorece a aceitação da veracidade da informação, mas ao mesmo tempo parece faltar-lhe algum ‘atestado’ mais inequívoco de observação direta (não menciona, por exemplo, nenhum rio ou nome de cacique com a respectiva marca, a não ser a informação indireta – por uma carta de um militar que esteve nas terras próximas ao campo do *Cavarú-Cuiá* – do uso pela gente do cacique Nhancuiá).

Devemos, ainda, a Mabilde, informação segura e de primeira mão sobre as relações entre a gente do cacique Braga e a gente do cacique Doble, e sobre o paradeiro e andanças desses dois caciques e seus grupos, seus subordinados e seus dissidentes (*op. cit.* p. 159-180).

Espírito Investigativo e Hipóteses

São sugestões de interpretação para fatos ou circunstâncias, em que Mabilde se apoia em informações obtidas em outras fontes ou apenas no raciocínio lógico e no bom senso. Com freqüência são bastante plausíveis. Em alguns casos, são questões levantadas a partir da observação e experiência, que desafiam a investigação e, em algumas circunstâncias, também experimentação.

Talvez se possa arrolar, entre as primeiras, a da origem do termo *bugre*. Segundo ele:

*Uma tradição, bastante vulgarizada, a respeito da palavra “bugre” é a seguinte: logo que os primeiros homens brancos, portugueses, foram vistos por aqueles indígenas, o espanto, a admiração ou o sinal de alerta – por eles dado à tribo a que pertenciam – foi um grito agudo, no qual pareceu ouvir-se, pronunciada, a palavra “bugre”. (...) É provável ser esta origem pois, até hoje em dia, os selvagens de que tratamos usam, em certas circunstâncias, de um grito agudo, pelo qual avisam seus companheiros da chegada de alguma pessoa ou coisa estranha ao alojamento a que pertencem. Neste grito de alarme pronunciam, distintamente, a palavra **pucri**, cuja última sílaba prolongam até lhes faltar a respiração. (Mabilde 1983:7-8).*

O que parece mais curioso, é que a história tem alguma verossimilhança, e existe mesmo, entre os Kaingang, o verbo *pugrĩn*, que significa “cobrir a cabeça”.

Já entre as questões (pertinentes) que sugerem hipóteses explicativas para fatos observados, e que revelam o espírito investigativo de Mabilde, pode-se mencionar aquelas a respeito das causas, efeitos e conseqüências da prática de supressão de regras, entre as mulheres Kaingang (*op. cit.* p.58-60).

Como experimentação, veja-se a que fez, usando capivaras e papagaios que haviam caçado, para confirmar e detalhar informações que os índios lhe haviam dito acerca dos resultados de fermentos com flechas farpadas e dos procedimentos para retirada dessas flechas (cf. *op. cit.* p. 149-151).

Descrevendo aspectos inauditos e contraditórios

Classifico assim aqueles fatos ou observações que, embora inéditas, parecem incongruentes com tudo o que se sabe sobre os Kaingang e, muitas vezes, com outras observações do próprio autor. Além disso, são descrições de práticas culturais que, embora sejam apresentadas com algum detalhamento, não vêm acompanhadas das costumeiras notas circunstanciais que Mabilde usa quando quer demonstrar a veracidade ou a qualidade de testemunho ocular de seu registro. São, portanto, suspeitas de se originarem nas fantasias, interesses ou em mal entendido do autor.

Esse é o caso, por exemplo, do tópico sobre *adultério e punição* (*op. cit.* p.66-67). A descrição de um rito de punição de adúlteros, com sua execução a flechadas, visivelmente não está baseada em observação de fatos reais. Também não se pode saber ao certo o que terá compreendido o informante de Mabilde, acerca de suas indagações (se é que o ritual ali registrado corresponde à descrição de um nativo), ou em que circunstâncias excepcionais um ‘adultério’ resultaria em tal pena. O fato é contraditório sobre o que sabemos acerca das relações matrimoniais entre os Kaingang por vários outros autores dos séculos XIX e XX, e por conhecimento direto. Ademais, nenhum outro jamais mencionou tais execuções. Em todo caso, para Mabilde, esse parecia ser um tema de particular interesse, que rende uma longa digressão sobre a condenação ‘universal’ dessa prática “*por ocasionar a desordem nas famílias*” (p.67), concluindo ele que, por punirem igualmente o homem e a mulher (e não apenas esta, como na nossa sociedade) talvez os Kaingang estivessem dando, nesse caso, “*sem sabê-lo, uma lição de moral e de direito*” (*op. cit.* p. 68).

Especulações

Trata-se de interpretações ou conclusões apressadas que não encontram apoio em argumentos ou nos fatos conhecidos, ou que contradizem o que se sabe sobre os Kaingang, por outras fontes.

Entre essas, qualificamos a afirmação segundo a qual o Cacique Braga,

“cacique principal das vinte e três tribos de que já falamos possuía dezenove mulheres, que viviam no mesmo rancho do cacique e dos quais, na maior parte delas, tinha filhos. Reina a maior harmonia entre essas mulheres.” (*op. cit.* p. 48).

Ainda que muitos autores registrem casos de poligamia entre os Kaingang, e alguns casos sejam encontrados praticamente ainda nos dias atuais, a descrição de Mabilde parece mais inspirada em uma imagem fantasiosa de reis ou califas e seus *haréns*. Ora, sabemos que a unidade política Kaingang era a grande família e que, sobretudo no passado, a regra de residência era uxorilocal: os homens iam morar na casa do sogro. Assim, em uma mesma grande casa, viviam várias famílias, em geral todas as filhas, solteiras ou casadas, de um mesmo casal. Se, somado a isso, tivermos na mesma casa mais de uma mulher de um cacique, cada uma reunindo ali todas as suas filhas, solteiras ou casadas, com sua respectiva prole, possivelmente tenhamos uma imagem razoável do que Mabilde viu, mas interpretou como um *harén* do Cacique Braga.

Na seqüência (e por conseqüência da interpretação assumida por ele), uma filha dada, pelo Cacique Braga, em casamento (construindo ou fortalecendo uma aliança) será vista, por Mabilde, como “*uma das mulheres*” do cacique principal, dada de presente a um chefe subordinado, sendo tais mulheres tratadas, por Braga, “*como se fosse uma mercadoria ou escravas*” (*op. cit.* p. 48).

Opiniões e afirmações gratuitas

Trata-se de afirmações categóricas fundadas em visão preconceituosa. Os exemplos são muitíssimos.

É sério erro, por exemplo, a afirmação taxativa de que:

Os coroados nada plantam, não obstante gostarem muito de milho verde, batata doce, abóbora e amendoim... (op. cit. p. 127).

Mesmo se escrita depois do estabelecimento do grupo de Braga em aldeamento oficial, e mesmo que se tratasse de um grupo vivendo uma rotina mais nômade, em função da penetração luso-brasileira em seu território, não parece plausível que uma sociedade com tradição milenar de agricultura (representada no mito da origem do milho, do feijão e da moranga – ver Borba 1908) abandonasse tão importante fonte de recurso alimentar. Mas se observamos que Mabilde conheceu o grupo de Braga no primeiro semestre de 1850, tudo o que poderia ter encontrado (e, mesmo isso, dependeria da intensidade da sua presença na aldeia) seriam os restos das roças do semestre anterior. De fato, os Kaingang não praticavam agricultura de inverno, de modo que não se ocupavam dela já a partir de fevereiro (Mabilde promoveu, em maio de 1850, a saída “*para fora das matas*” da gente de Braga, aldeando-os “*nos fundos dos campos da Vacaria*” – cf. *op.cit.* p.149 e 165). O problema, no entanto, é que afirmações como essa, sem fundamento, passam a ser citadas, acriticamente, como característica do povo Kaingang.

Tão ou mais gratuita é a afirmação segundo a qual

A arte de curar é muito pouco conhecida entre os coroados e os que, por remota tradição, aliás mui obscura, têm algum idéia de curar são os coroados velhos, principalmente as mulheres velhas que, nos poucos casos de moléstia, aplicam aquela meia dúzia de remédios vegetais que conhecem. (p. 131).

Mabilde não só não entendeu o caráter de especialistas, dos velhos e velhas que assumiam a responsabilidade de curar, como ignorou os vastos conhecimentos fitoterápicos dos índios, imaginando não passarem de “*meia dúzia de remédios*”. Ele volta a esse tema, em outro lugar (*op. cit.* p. 132):

São muito poucas as plantas medicinais conhecidas pelos coroados e pude, mesmo, verificar que não conhecem a virtude medicinal senão de uma meia dúzia daquelas plantas. Seus nomes, entre os coroados em geral, se referem à origem tupi, mas são de tal maneira alterados na pronúncia que é difícil reconhecer identidade com os nomes com que os inteligentes selvagens da nação tupi apelidaram muitas, senão mais da metade das plantas medicinais indígenas conhecidas no Brasil.

E, ainda (p. 133):

Indagações, as mais minuciosas, deram para convencer-me de que os coroados não conhecem, de plantas medicinais, senão uma meia dúzia.

O fato de Mabilde não ter conhecido, ou de os índios não terem querido revelar-lhe seu conhecimento, não autoriza a afirmativa que, como se vê, deriva de preconceito: Mabilde está convicto de que os Tupi eram povo inteligente, mas que os Kaingang são um fraco arremedo de imitação e de conhecimentos, derivados e ‘corrompidos’, daqueles. De fato, afirma que os Kaingang viviam “*isolados*” e que isso contribuiu para “*embrutecê-los mais (em relação à inteligência dos demais indígenas selvagens)*” (p. 132).

O que mais se espalha pelo texto, no entanto, são opiniões acerca das capacidades, da inteligência e do caráter dos índios Kaingang. Sobre suas capacidades intelectuais, pensa que eles eram, quando conheceu, uma sociedade decadente em relação a seu próprio passado:

Sou de opinião que, antes da conquista, aqueles selvagens, em geral, eram mais inteligentes e de caráter bem diferente daquele que (obrigados pelos fatos) hoje lhes reconhecemos. (op. cit. p. 21).

E não se furta a comparar índios e negros que, obviamente, não atingem jamais o nível intelectual do europeu:

Como a inteligência é sujeita a uma cultura e, por conseguinte, a desenvolver-se cada vez mais, a comparação que acabamos de fazer [do ângulo facial medido em alguns Kaingang com os ‘padrões’ de outros povos¹⁶] não deve fazer desesperar das faculdades intelectuais dos nossos desgraçados indígenas que, em geral e de fato, são mais inteligentes que os negros africanos. (op. cit. p. 20).

Compara, no entanto, aspectos físicos dos índios com os dos mongóis, para concluir sobre seu parentesco (real ou de índole):

A identidade de feições é tão declarada que pode fazer supor que os coroados são descendentes da raça mongol.

No próprio caráter dos indígenas observa-se, até certo ponto, aquela identidade da raça: índole má, muito desconfiados, as faculdades intelectuais circunscritas, preguiçosos e pouco dados ao trabalho, muito ambiciosos, astuciosos, simulados, traidores e, sobretudo, muito egoístas e orgulhosos. (op. cit. p. 23).

E volta a falar do caráter dos índios, em outro lugar, dizendo:

Os coroados são dotados de mau gênio, de má índole e de todos os defeitos que, naturalmente, se opõem a uma pronta civilização... (op. cit. p.197).

Para nada disso, obviamente, há qualquer sustentação positiva. Por fim, mais uma passagem em que expressa sua visão acerca das atitudes indígenas:

Este clima [de invernos rigorosos, do Rio Gde do Sul], parece-nos, deveria obrigar aqueles selvagens a protegerem o corpo contra o frio, principalmente tendo os meios, por não lhes faltar, nas matas que habitam, as plantas fibrosas ou filamentosas donde poderiam, como os indígenas das províncias do norte do Brasil, extrair a matéria-prima necessária para fabricarem tecidos para cobrirem todo ou parte do corpo. Essa pequena e tão primitiva indústria é conhecida por algumas tribos de coroados da província do Mato Grosso, sem que dela, igualmente, façam maior uso, porque são pouco dados ao trabalho.

Ao menos para os desta província, é uma prova identificada da sua natural antipatia ao trabalho e de sua indolência. (op. cit. p. 30-31).

A apreciação acima está registrada na Nota nº 2, de Mabilde. Como já foi dito, suas 63 notas foram escritas entre 1836 e 1866. Portanto, a Nota acima é do início daquele período, quando o autor de fato pouco conhecida dos Kaingang. No *texto* redigido depois de 1866, no entanto, ele mesmo descreve o modo Kaingang de fabricação de ‘tangas’ a partir de fibras do tucum ou da urtiga brava (Cf. *op. cit.* p. 31-32).

Por fim, à pouca inteligência, má índole, mau gênio, preguiça e todos os demais defeitos que Mabilde enxergava neles, faltava acrescentar a *ferocidade*:

A índole feroz dos coroados faz com que, nos combates entre si ou com outra nação selvagem, se comportem com uma crueldade sem limites, sendo naquelas ocasiões dominados por uma paixão tão sanguinária que (...) não lhes ocorre senão a idéia de extermínio... (op. cit. p. 87).

Obviamente a conclusão sobre a *ferocidade* dos Kaingang baseia-se apenas na forma de envolvimento deles em lutas e guerras, mas desconsidera, para fins de

¹⁶ Segundo teorias então vigentes, o ângulo facial apresentaria uma relação direta com o tamanho do cérebro e este, com o “grau” de inteligência (embora o próprio Mabilde coloque algumas reservas a essa teoria).

comparação, as práticas de extermínio dos brancos contra os índios, ou as práticas fraticidas que o próprio Rio Grande experimentou na Revolução Farroupilha (e, depois da morte de Mabilde, outra vez na Revolução Federalista).

Conclusão

Uma conclusão importante – a que se é levado quando se lê com atenção e cuidado toda a obra de Mabilde – é que suas principais informações advêm das observações que fez nos seis meses de contato intenso com o grupo do cacique Braga, bem como de esclarecimentos e informações desse cacique e de outros índios do seu grupo, sempre mediadas por intérprete. Significa, por exemplo, que informações sobre aldeias Kaingang fora dessa região, Mabilde terá obtido de terceiros.

O presente trabalho buscou contribuir, assim, para a leitura menos ingênua da obra de Mabilde, sem deixar de mostrar que há, nela, elementos de muito valor para o conhecimento da cultura e história Kaingang no século XIX.

Para concluir, julgo suficiente reproduzir palavras do próprio editor do *texto* de Mabilde, na publicação de sua primeira parte, em 1897:

Nota do Anuario. – Conforme dissemos à página 145, publicamos estes **apontamentos** sob a responsabilidade exclusiva do seu autor, que umas vezes é contradictorio, e outras vezes não parece ter observado bem os factos ou colhido informações fidedignas. É assim que dizendo a princípio que os **coroados** não são ciumentos afirma depois que quasi todas as guerras entre elles são motivadas por causa das mulheres e que o adulterio é punido com a pena de morte. É também assim que dizendo que não há entre os **coroados** herança do **cacicato**, afirma depois que a chefia suprema entre estes selvagens passa quasi sempre aos filhos (si tem idade) ou aos irmãos do cacique finado. A causa da grande mortalidade entre as crianças do sexo feminino entre os **coroados** não nos parece procedente, pois que si o fosse atacaria sem distincção os dous sexos. Assim em muitos outros pontos.

Infelizmente estas contradicções e defeitos de observação diminuem consideravelmente o valor dos **apontamentos** e abalam a fé que devem merecer em seu conjunto. (in Mabilde 1897:167).

Referências Bibliográficas

BECKER, Ítala Irene Basile

1976a - O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul. *Pesquisas* – Antropologia n° 29. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas.

1976b – O índio Kaingáng e a colonização alemã. *Anais do 2° Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, RS, p. 45-71.

BORBA, Telêmaco

1908 – *Actualidade Indígena*. Curitiba: Imprensa Paranaense.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha

1984 – *Toldo Chimbangue: história e luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê, SC: Cimi Regional Sul.

LAGUE, May Mabilde & GRANT, Eivlys Mabilde

1983 – Ten.-Cel. Eng° Pierre François Alphonse Booth Mabilde (1806-1892). In Pierre F.A.B. Mabilde, *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul – 1836-1866*. São Paulo: Ibrasa; [Brasília]: INL / Fundação Nacional Pró-Memória, p. 218-232.

MABILDE, Pierre François Alphonse Booth

1897 – Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação “Coroados” que habitamos sertões do Rio Grande do Sul, pelo Tenente-coronel P.F. Affonso Mabilde (1866). *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, ano XIII, p. 145-167.

1899 – Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação “Coroados” que habitamos sertões do Rio Grande do Sul, pelo Tenente-coronel P.F. Affonso Mabilde (1866) – (Conclusão). *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, ano XV, p. 125-151.

1983 – *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul – 1836-1866*. Coord. May Mabilde Lague. Revisão de Eivlys Mabilde Grant. São Paulo: Ibrasa; [Brasília]: INL / Fundação Nacional Pró-Memória.